



O TURISMO
COMO
APROPRIAÇÃO
DO TERRITÓRIO
E MODIFICADOR
DE SEUS USOS:
O PERFIL
OCUPACIONAL DA
POPULAÇÃO
ENVOLVIDA NA
ATIVIDADE TURÍSTICA
DO PROGRAMA
ESTRADA REAL - O
CASO DE OURO PRETO

Angélica Pereira de Assis Duarte
José Henrique da Silva Júnior

Resumo

Este artigo retrata o município de Ouro Preto, um dos mais importantes do Circuito do Ouro (1) da Estrada Real, e traz uma análise geo-histórica - análise do contexto geográfico e histórico enfocando os aspectos e questões relacionadas a história e economia, que expliquem a ocupação e evolução das atividades da região ou sub-região da área de influência do município. Traz ainda a Identificação das características gerais do mercado de trabalho local e uma investigação da inserção da população ocupada no setor formal e informal, suas características individuais e situação ocupacional.

Palavras-chave: turismo, estrada real, estrutura ocupacional

Este artigo tem como base alguns resultados preliminares de um projeto de pesquisa em andamento, fruto de uma parceria entre o Curso de Turismo da Universidade Fumec e o Curso de Turismo do Instituto de Geociências da UFMG, cujo objetivo é avaliar a atividade turística considerando a estrutura ocupacional nos 162 municípios do Programa Estrada Real. Ou seja, trata-se de analisar a possível convergência entre a evolução da atividade turística e as alterações no nível, no perfil e na composição da estrutura de emprego nos municípios do programa. Tal estrutura é concebida como um conjunto de profissões, habilidades e ofícios, à luz da atividade turística.

O artigo retrata o município de Ouro Preto, um dos mais importantes do Circuito do Ouro¹ e traz uma análise do contexto geográfico e histórico, enfocando aspectos relacionados à história e à economia que expliquem a ocupação e evolução das atividades da região ou sub-região da área de influência do município. Identifica as características gerais do mercado de trabalho local e investiga a inserção da população ocupada no setor formal e informal, suas características individuais e situação ocupacional.

A apropriação do território no Brasil – breve relato

Segundo Moraes (2000), o Brasil nasce e se desenvolve tendo sempre a conquista e a expansão territorial como fundamento estruturador do espaço ocupado. Para o autor, a análise espacial do território brasileiro à época da colônia deve voltar-se para o seu processo de formação. São três momentos marcantes: o desinteresse dos colonizadores portugueses pelas terras encontradas, uma visão geopolítica que vislumbrava a manutenção do domínio do território e uma expressiva expansão territorial pela conquista e ocupação da bacia amazônica e a descoberta das minas.

O ciclo do ouro iniciou profundas mudanças na vida colonial. Segundo Moraes (2000), observa-se a proliferação de expedições que demandavam o interior do Brasil em busca de minerais, num movimento irradiador que difere dos núcleos costeiros, porque visava ao apresamento do gentio, à expansão e à consolidação da atividade agrícola. Com a descoberta do ouro e o adensamento populacional, também a pecuária se tornou fundamental e o desenvolvimento da vida urbana trouxe consigo mudanças econômicas, culturais

1. Conjunto de municípios da região de Ouro Preto, com afinidades culturais e socioeconômicas, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável. Ver Decreto Lei nº 43.321, de 8 de junho de 2003, que institucionalizou os circuitos turísticos.

e intelectuais (ANDRADE, 2004).

A vida urbana mais intensa viabilizou também melhores oportunidades no mercado interno e uma sociedade mais flexível, principalmente se contrastada com o imobilismo da sociedade açucareira. Era comum, no início do século XVIII, ser grande minerador e latifundiário ao mesmo tempo. Com o crescimento do número de proprietários, a mineração gerou uma menor concentração de renda, ocorrendo inicialmente um processo inflacionário, seguido pelo desenvolvimento de uma sólida agricultura de subsistência que, como a pecuária, consolida-se como atividade subsidiária e periférica.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a mineração começa a entrar em decadência. Por ser de aluvião, o ouro descoberto era facilmente extraído, o que levava a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente.

Num movimento inverso, desde fins do século XVIII, ganha força a agropecuária marcada pela diversificação rural (algodão, açúcar, tabaco, cacau e café), que se estenderá até a consolidação da monocultura cafeeira, iniciada por volta de 1840 no Vale do Paraíba do Sul. Com o declínio da mineração, a agricultura exportadora voltou a ocupar posição de destaque na economia colonial, fe-

nômeno denominado pelo historiador Caio Prado Jr. de “renascimento da agricultura”, momento em que há, na Europa, uma demanda intensa de produtos agrícolas para alimentar a população e a economia em crescimento. A produção açucareira expande-se em ritmo acelerado, também na segunda metade do século XVIII, colaborando para alterar a fisionomia geoagrícola do Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004).

De fato, segundo Prado Júnior (2004), a nova conjuntura estimulou a diversificação da produção. As atividades agrícolas conjugam-se com outras, gerando ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Ainda segundo o autor, as ocupações exclusivas em atividades rurais não agrícolas crescem, pois freqüentemente proporcionam maior renda às famílias, alterando a tradicional composição da renda familiar dos domiciliados na zona rural. Muitas dessas atividades estão relacionadas a outros setores que se desenvolvem no meio rural ou em cidades de menor porte, a exemplo da indústria.

Entretanto, mesmo com o declínio da extração do ouro, a mineração deixou traços muito importantes na apropriação do território e no seu uso na região de influência do município de Ouro Preto.

A economia colonial do ouro como apropriação do território e o seu uso na região de influência do município de Ouro Preto

Para vários autores, entre eles Thrift (1996), o espaço está na ordem do dia, em grande parte devido ao processo de globalização e alguns dos seus corolários, como a homogeneização social e a fragmentação regional. Nesses termos, ganha grande importância a discussão sobre o embate do global *versus* local. Segundo Corrêa (1987), o enfoque locacional marcou fortemente a prática da geografia nas universidades e órgãos públicos, apesar da existência de outros enfoques, entre os quais o que considera as relações homem/natureza e outro que se detém no estudo das áreas.

Ouro Preto apresenta distinta realidade socioespacial, resultante, segundo Santos (1996), de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes, determinando um tempo espacial próprio para cada lugar. O município pode ser

considerado como centro urbano funcionalmente articulado, cuja organização e especialização foram influenciadas por importantes fatos históricos decorrentes da exploração do ouro.

Corrêa (1986) aponta que o ordenamento territorial é reflexo da sociedade, com suas formas herdadas do passado. As formas espaciais pretéritas e presentes na organização hodierna apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica sua permanência. Santos (1978) denomina como rugosidades as marcas do passado fixadas no espaço. Sua presença acaba condicionando o cotidiano. A ocupação do território de Ouro Preto, a partir do início do século XVIII, sustentou-se na exploração do ouro. A historiografia tradicional considera o período entre 1750 e 1850 como a fase de decadência. Esses cem anos situariam a economia colonial entre a decadência da mineração e a reconversão à agropecuária e o florescimento do café em outras regiões, como na Zona da Mata e no Sul de Minas Gerais (ANDRADE, 2004).

Para outros autores, como Barbosa (1971), o declínio da mineração não provocou transformações bruscas na estrutura produtiva estabelecida. A economia regional tinha uma produção diversificada, inicialmente voltada para o abastecimento dos centros mineradores e depois para

mercados mais distantes. Esse fato deveu-se, entre outros, à administração pombalina, que fora flexível em relação ao desenvolvimento de atividades paralelas à produção aurífera, o que facilitou o processo posterior de substituição de importações.

Segundo Barbosa (1971), de 1780 a 1810 a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e a agropecuária passou a ser o seu eixo central. Nesse primeiro momento, o objetivo era suprir as próprias necessidades e comercializar eventuais excedentes nos mercados locais, que não eram desprezíveis, dado o grande contingente populacional herdado da idade do ouro em Minas Gerais. Com a chegada da família imperial em 1808 (acompanhada de mais dez mil pessoas ligadas à corte portuguesa) e a conseqüente criação de um novo mercado, a produção se dinamizou e passou a ser endereçada também à praça do Rio de Janeiro.

As transformações que se seguiram, melhoramentos de estradas e abertura de novos caminhos, permitiram produzir para o mercado interno. Para Santos (2001), os viajantes que percorreram a província mineira testemunharam o efervescente mercado existente e a movimentação de tropas que partiam para o Rio e outras regiões, levando, entre outros produtos, toucinho, queijo, açúcar, sola, couros, algodão, tabaco, café,

frutas, rapaduras, pedra-sabão, pedra-ria, salitre e marmelada.

De acordo com Vasconcelos (2004), o Brasil estava inserido no Império Lusitano, apresentando diferenças e similaridades com outras cidades de criação portuguesa, no tocante a certos elementos modeladores, como a igreja, as ordens leigas, o Estado, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais. Ouro Preto foi, desde sua origem, muito mais do que espaço de produção mineral, espaço de organização sociopolítica e religiosa, além de centro de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Constituiu-se, de fato, como cidade na acepção total do termo: local de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; centro de intensa organização social e política, gerador de novas práticas sociais; e espaço de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística.

O ouro é, sem dúvida, sinônimo de história. O século XVIII foi de grande importância para Minas Gerais. Do ponto de vista histórico, cultural e artístico, consolidou-se uma cultura. Um dos legados mais importantes foi um rico acervo de arte colonial mundialmente conhecido, decorrente do trabalho de artistas, artesãos e artífices. O ciclo do ouro preci-

pitou o povoamento da região de Ouro Preto e Diamantina. Para Iglesias (1985), dois aspectos se destacam na sociedade que aí se forma: a urbanização e a estratificação social. Diferentemente da sociedade resultante da monocultura exportadora – de senhores e escravos – surgiu aí uma camada intermediária de funcionários, artífices e artesãos, entre outros, que se dedicaram à produção de objetos, artefatos, costumes, ritos e mitos (religião, folclore, música, culinária, vestimentas, etc.) aceitos e praticados coletivamente, capazes de distinguir um determinado grupo social dos demais.

Na região de Ouro Preto, essa cultura vem sendo transmitida pelas sucessivas gerações, sempre renovando-se e recriando-se num processo vivo e dinâmico, propiciando a construção de sua própria identidade, expressa em seu patrimônio cultural, que não se restringe aos bens culturais móveis e imóveis, mas se manifesta na interação de sua gente com o ambiente, com a natureza e com as suas condições de existência. Os *saberes, celebrações e formas de expressão* se materializam no artesanato, nas maneiras de fazer cotidianas das comunidades, na culinária, nas danças e músicas, rituais e festas religiosas e populares, nas relações sociais e familiares, nas manifestações artísticas, literárias, nos espaços públicos, populares e coletivos. Essa gente produziu muitos ob-

jetos, ferramentas e gerou inúmeros serviços. Artífices e pessoas da comunidade que detinham habilidades na produção hoje se dedicam a atividades herdadas do passado, no setor de serviços, dando sustentação ao turismo local.

A região

A região de influência do município de Ouro Preto foi escolhida como objeto deste estudo por apresentar diferenças arquitetônicas, artísticas, culturais e demográficas, principalmente no que diz respeito ao emprego, à renda e ao bem-estar social. Segundo Santos (2001), seus limites territoriais resultam de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas quanto forçadas, com diferenças marcantes entre si na forma de ocupação e na atratividade. Segundo o autor, são como uma zona de fronteira, espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações.

Na perspectiva da relação entre as transformações que afetam a organização espacial e os agentes sociais envolvidos, considerou-se a rede de comunicação que se estabelece nesse eixo, envolvendo vários outros municípios e áreas que se articulam numa economia regional, a

despeito da diferenciação de cidades em termos de função, dimensão básica, dimensão demográfica, desenvolvimento, hierarquização urbana, pessoas, atores sociais. Levou-se em conta, ainda, que essas distinções refletiram-se no espaço dos municípios, no seu uso, nas populações locais, nas suas ocupações e manifestações artísticas e culturais.

Na região de influência do município de Ouro Preto o turismo surgiu como uma atividade subalterna, mal conhecida e mal interpretada. A verdadeira importância do turismo na produção daquele município e a sua contribuição em termos de emprego, renda e bem-estar social estão associadas à existência de recursos naturais e culturais, como parques, monumentos e esculturas de valor histórico e cultural, sítios, fazendas, arte barroca, atrações gastronômicas, artesanato, entre outros explorados como produtos turísticos e comercializados, alavancando o crescimento econômico regional. O ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais, os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores também estão gerando produtos e serviços capazes de inserir no mercado as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas.

Selecionada a região, procedeu-se a um levantamento das suas características, levando-se em conta

a sua identidade, a relevância dos aspectos culturais, econômicos e sociais locais e o seu elevado potencial turístico. Ao se compreender a região como a escala ou o recorte espacial da interação do homem com o ambiente natural, a cultura e os recursos disponíveis, consideraram-se ainda, a partir do estudo de Silva Júnior (2003), as formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos locais e regionais, procurando-se superar a visão estritamente setorial do desenvolvimento e incorporando-se também o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais.

Segundo Matos (2005), o conceito de região vem sendo ampliado diante das novas possibilidades de interpretação. Além de considerada uma resposta aos processos de acumulação do capital e palco das relações sociais de expropriação, a região pode ser entendida como o espaço da construção de identidade, definido por um conjunto específico de relações culturais entre grupos de atores.

O perfil ocupacional da população de Ouro Preto

Ouro Preto localiza-se na zona metalúrgica, no Quadrilátero Ferrífero, região centro-sul do Estado (GUIMARÃES, 1960). Possui 66.277 habitantes, a quinta maior

população do circuito do ouro. Dessa população 56.292 habitantes vivem na área urbana, sendo 27.297 homens e 28.996 mulheres e 9.985 na área rural, sendo 5.269 homens e 4.716 mulheres.

A população do circuito do ouro é composta de 570.710 habitantes na área urbana e 73.536 na área rural, totalizando 644.246 habitantes.

A renda familiar *per capita* de Ouro preto é a terceira maior do circuito do ouro. A renda da população urbana é mais que o dobro da rural, ou seja, em média de R\$ 283,76 e R\$113,69, respectivamente. No circuito, a maior renda é da cidade de Nova Lima, em média R\$ 629,98, seguida por Ouro Branco, com R\$ 544, 80.

A população ouro-pretana possui em média 5,49 anos de estudo na zona urbana e 3,63 na zona rural, o que a torna a segunda cidade do circuito nesse aspecto, ficando atrás apenas de Nova Lima. Com seu nível de escolaridade, a população de Ouro Preto está mais capacitada para atender à demanda local de emprego.

Quanto à variável faixa etária, Ouro Preto apresenta a seguinte configuração: de 0 a 15 anos, 21.216 habitantes, dos quais 10.843 homens, com renda familiar de R\$ 205,72 e 3,06 anos de estudo e 10.374 mulheres com renda familiar *per capita* de R\$ 207,23 e 3,52 anos de estudo; de 15 a 60 anos, 30.185 habitantes, dos quais 14.576

homens, com renda familiar *per capita* de R\$ 326,68 e 7,13 anos de estudo e 15.609 mulheres, com renda *per capita* de R\$ 319,93 e média de 7,49 anos de estudo. Acima de 60 anos há 4.891 habitantes, dos quais 1.878 homens, com renda *per capita* de R\$ 365 e 3,96 anos de estudo em média, 3.013 mulheres com renda de R\$ 382 e 3,66 anos de estudo.

Na área rural, existem 4.300 habitantes de 0 a 15 anos, sendo 2.256 homens, com renda de R\$ 84,31 e 2,72 anos de estudo e 2.044 mulheres, com renda de R\$ 75,40 e 2,79 anos de estudo. Já na faixa etária de 15 a 60 anos há 4.909 habitantes, sendo 2.636 homens com renda de R\$ 158,28 e 4,66 anos de estudo e 2273 mulheres, com R\$ 109,57 de renda familiar *per capita* e 4,68 anos de estudo. Acima de 60 anos a população é de 776 habitantes, dos quais 377 homens com renda de R\$ 171,66 e 2,11 anos de estudo e 399 mulheres com renda de R\$ 149,97 e 1,98 anos de estudo.

Quando se relaciona a população de Ouro Preto pela cor e faixa etária, têm-se os seguintes resultados: de 0 a 15 anos a população de brancos da área urbana é de 8.429 habitantes com renda familiar *per capita* de R\$ 298,10 e 3,39 anos de estudo em média. Na área rural, nessa mesma faixa etária e cor, a população cai para 1.152 habitantes com renda média R\$ 118,36 e 2,29 anos de estudo. Nessa faixa etária, na área

urbana, são 2.010 habitantes negros com renda de R\$ 124,47 e 3,43 anos de estudo e, na área rural, 854 negros com renda de R\$ 45,32 e 2,33 anos de estudo. Os pardos totalizam 10.612 habitantes com renda de R\$ 150,33 e 3,17 anos de estudo na área urbana. Na área rural são 2.244 habitantes com renda de R\$ 73,73 e 3,16 anos de estudo.

Na faixa etária de 15 a 60 anos na área urbana são 12.585 habitantes brancos com renda de R\$ 446,84 e 8,34 anos de estudo. Na área rural são 1.308 brancos com renda de R\$ 192,88 e 5,32 anos de estudo. Nessa mesma faixa etária, na área urbana, são 3.505 negros, com renda familiar *per capita* de R\$ 190,64 e 6,26 anos de estudo. Na área rural são 670 negros, com renda média de R\$ 85,92 e 3,69 anos de estudo. Nessa faixa etária, na área urbana, há 13.837 pardos com renda de R\$ 246,94 e 6,69 anos de estudo e, na área rural, 2.903 pardos, com renda de R\$ 122,09 e 4,6 anos de estudo.

Acima de 60 anos, na área urbana, há 2.154 brancos com renda de R\$ 530,44 e 4,58 anos de estudo. Na área rural, 192 brancos com R\$ 209,13 de renda e 2,85 anos de estudo. A população negra é de 640 habitantes na área urbana, com renda de R\$ 207,13 e 3,81 anos de estudo. Na área rural, 130 negros, com R\$ 130,88 de renda e 1,14 anos de estudo. Na área urbana, há 2026 pardos, com

renda de R\$ 270,13 e 3,49 anos de estudo. Na área rural, 454 pardos, com R\$ 148,51 de renda e 1,96 anos de estudo.

Assim, na área urbana os brancos têm em média 5,44 anos de estudo, os negros 3,97 e os pardos 4,45. Na área rural os brancos possuem em média 3,49 anos de estudo, os negros 2,39 e os pardos 3,24.

A maior parte da população de Ouro Preto ocupa a área urbana, é feminina, parda, de 15 a 60 anos de idade. A diferença de renda entre brancos e negros ainda é grande, assim como a renda *per capita* da população urbana é maior do que a da população rural. Os brancos possuem maior escolaridade do que os negros e a escolaridade na área urbana é maior que na rural.

Conclusão

O Programa Estrada Real tem um grande potencial para servir ao crescimento econômico e desenvolvimento social da região de influência dos municípios que o compõem, entre eles Ouro Preto. Entretanto, para atingir esses objetivos, grandes investimentos são necessários na qualidade dos serviços e produtos turísticos, incluindo formação de mão-de-obra local. Os dados preliminares da pesquisa apontam que, em diversas localidades da Estrada Real, não se encon-

tra mão-de-obra adequadamente capacitada, correndo-se o risco de invi-

abilizar o Programa Estrada Real, tão caro para a sociedade mineira.

Tabela 1
POPULAÇÃO, RENDA FAMILIAR E ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO SEXO, ÁREA URBANA E RURAL – OURO PRETO

	Urbana										
	Faixa etária										Total
	0-15			15-60			60 e mais				
	SEXO		Total	SEXO		Total	SEXO		Total		
	masculino	feminino		masculino	feminino		masculino	feminino			
Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean		
População	10843	10374	21216	14576	15609	30185	1878	3013	4891	56292	
Renda familiar	205,72	207,23	206,46	326,68	319,93	323,19	365,01	382,36	375,70	283,76	
Anos de estudo	3,06	3,52	3,29	7,13	7,49	7,32	3,96	3,66	3,77	5,49	

	Rural										
	Faixa etária										Total
	0-15			15-60			60 e mais				
	SEXO		Total	SEXO		Total	SEXO		Total		
	masculino	feminino		masculino	feminino		masculino	feminino			
Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean		
População	2256	2044	4300	2636	2273	4909	377	399	776	9985	
Renda familiar	84,31	75,40	80,08	158,28	109,57	135,73	171,66	149,97	160,51	113,69	
Anos de estudo	2,72	2,79	2,75	4,66	4,68	4,67	2,11	1,98	2,04	3,64	

Tabela 2
POPULAÇÃO, RENDA FAMILIAR E ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO COR E RAÇA, ÁREA URBANA E RURAL – OURO PRETO

	Urbana												
	Faixa etária												Total
	0-15				15-60				60 e mais				
	COR OU RAÇA			Total	COR OU RAÇA			Total	COR OU RAÇA			Total	
	branca	preta	parda	Count	branca	preta	parda	Count	branca	preta	parda	Count	
Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count		
População	8429	2010	10612	21051	12585	3505	13837	29927	2154	640	2026	4820	55798
Renda familiar	298,10	124,47	150,33	207,03	446,84	190,64	246,94	324,41	530,44	207,13	270,13	378,08	284,76
Anos de estudo	3,39	3,43	3,17	3,28	8,34	6,26	6,69	7,33	4,58	2,22	3,49	3,81	5,50

	Rural												
	Faixa etária												Total
	0-15				15-60				60 e mais				
	COR OU RAÇA			Total	COR OU RAÇA			Total	COR OU RAÇA			Total	
	branca	preta	parda	Count	branca	preta	parda	Count	branca	preta	parda	Count	
Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count	Count		
População	1152	854	2244	4251	1308	670	2903	4881	192	130	454	776	9909
Renda familiar	118,36	45,32	73,73	80,12	192,88	85,92	122,09	136,09	209,13	130,88	148,51	160,51	113,99
Anos de estudo	2,29	2,33	3,16	2,76	5,32	3,69	4,60	4,67	2,85	1,14	1,96	2,04	3,64

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- BRASIL. Censo demográfico, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50, n. 2, Rio de Janeiro: Fbge, 1987.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- FURTADO, CELSO. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- GUIMARÃES, Alisson Pereira. *Estudo geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.
- IBGE. Anuário Estatístico 2002. Brasília, 2002.
- MATOS, R.; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimento da população. In: MATOS, R. (Org). *Espacialidades em rede*. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.
- MATOS, R.; BRAGA, F. *Redes sociais, redes territoriais e migrações*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep. Caxambu, set. 2004.
- MATOS, R.; LOBO, C.; STEFANI, B. J. *Pobreza urbana e a dimensão socioespacial nos processos de redistribuição da população em periferias de Belo Horizonte*.
- MATOS, R.; LOBO, C.; STEFANI, J. *Inversão no balanço migratório mineiro: as trocas populacionais entre Minas e São Paulo*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep. Caxambu, set. 2004.
- MATOS, R.; LOBO, C.; STEFANI, J.; BRAGA, F. *Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil meridional*. I Congresso da Associação Latino-Americana de População, Alap. Caxambu, set. 2004.
- MATOS, Ralfó (Coord.). *Reestruturação socioespacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*. 3 v. Belo Horizonte: Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 1999/2000. (Relatório de pesquisa)
- MATOS, Ralfó; FURTADO, Júnia; FERREIRA, André V. B. Vale do Jequitinhonha: história e geo-história. *Cadernos do Leste*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2., p. 1-20, out. 2000.
- MORAES, Antônio Carlos. R. *O Brasil “hispanico” (1580-1640): consolidação da soberania portuguesa no Brasil: uma leitura geográfica da América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2000
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROCHFORT, M. Métodos de estudos de redes urbanas. *Boletim Geográfico*, v. 19, n.160, Rio de Janeiro: IBGE, 1961.
- SANTOS, Márcio. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA JUNIOR, José Henrique. *A experiência do programa nacional de municipalização do turismo em Minas Gerais: evolução, realidade, riscos e dificuldades*. Tese (mestrado) – Universitat de les Illes Balears (UIB). Belo Horizonte, 2003.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 215-247.
- VASCONCELOS, Pedro A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Angélica Pereira de Assis Duarte
Mestranda de Administração, Universidade Fumec, professora do Centro Universitário Una.

José Henrique da Silva Júnior
Doutorando em Análise e Organização do Espaço – IGC/UFMG, professor da Universidade Fumec.
jhsj@fumec.com.br
